

RELATÓRIO DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE TRABALHO DE ATENÇÃO À SAÚDE

Data: 09/12/2024

Horário: 09:00 horas

Por Videoconferência

PAUTA

1 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

1.1 – Avaliação de desempenho dos médicos do PMMB. Apresentação: Márcia Valéria (referência regionalizada PMMB) (GERAP/SPAIS/SES)

Dra. Márcia Valéria (referência regionalizada PMMB), GERAP/SPAIS/SES, disse que terá uma avaliação anual de desempenho dos profissionais de saúde, médicos alocados em Goiás. A avaliação anual do Programa Mais Médicos do Brasil tem como base legal a Portaria Interministerial nº 604/2023. Na Portaria no Art. 33 trata da avaliação de desempenho dos médicos que é feita pelo Gestor Municipal ou que ele determinar para essa função. Na Portaria versa que os médicos que dispõem de desempenho insatisfatório teria o vínculo encerrado. Contudo para a primeira avaliação não terá um carácter eliminatório e sim pedagógico e educativo, considerando que o objetivo é o desempenho anual dos médicos. Os avaliados serão os médicos que entrou no início de maio de 2023 e tenha 12 meses de participação. A avaliação será feita pelo supervisor do médico ou pelo Gestor ou por que este determinar. A avaliação ocorrerá de 16/12/2024 a 31/12/2024 no Sistema Avalia Mais Médicos, 412 médicos serão avaliados. A Resolução nº 463 consta sobre os aspectos que serão avaliados como a competência clínica do trabalho do médico, a competência comunicacional, a competência relacional, a competência dos registros médicos, a competência acadêmica da integração dos serviços e a competência territorial. Terão 15 questões na avaliação de acordo com os critérios relacionados. Os conceitos serão de incipiente, insuficiente, regular, bom, ótimo, considerado que a avaliação tem que ser efetiva, com ética e respeito. A nota final poderá ser até de 75 pontos e se avaliação estiver insatisfatória poderá ser aberto um Processo Administrativo Disciplinar para ser averiguado as causas. Cada médico receberá a avaliação individual, a avaliação não será divulgada. Deixou os contatos para qualquer esclarecimento.

Dr. Luciano de Moura – Subsecretário de Vigilância e Atenção Integral a Saúde – SUBVAIS/SES, agradeceu, disse que é oportuna a avaliação para os gestores para reconhecimento dos profissionais bons e para verificar as causas de profissionais insatisfatórios.

Perguntou se o município fará a indicação do avaliador.

Dra. Márcia Valéria (referência regionalizada PMMB), GERAP/SPAIS/SES, respondeu que sim. O avaliador nato será é quem estiver cadastrado no Sistema SGP, além desse nos municípios que tem mais de 12 médicos foi dado a oportunidade de ter mais de um avaliador que será indicado pelo gestor. A avaliação poderá ser feita e posteriormente colocar no Sistema.

Dr. Luciano de Moura – Subsecretário de Vigilância e Atenção Integral a Saúde – SUBVAIS/SES, solicitou que a prestação seja disponibilizada para os municípios. Como encaminhamento esse item deve ser apresentada na CIB para divulgação aos gestores.

Dra. Eliana Fernandes de Carvalho, (referência regionalizada PMMB), GERAP/SPAIS/SES, convidou para o acolhimento dos médicos e gestores do 28º e 40º ciclo do Programa Mais Médico para o Brasil, que acontecerá no dia 13 de dezembro de 2024 no período da manhã. Será direcionado aos profissionais e gestores, logo é muito importante da presença dos profissionais.

Dr. Luciano de Moura – Subsecretário de Vigilância e Atenção Integral a Saúde – SUBVAIS/SES, disse que é importante ressaltar que no primeiro ciclo é uma avaliação educativa, orientadora, mas que nos próximos poderá haver caráter punitivo. Pediu que a lista dos médicos que serão avaliados seja repassada para os municípios. Pediu licença pois havia uma reunião com o TCE e a Dra. Amanda conduziria a reunião.

Encaminhamento: Item encaminhado para a pauta da CIB como apresentação e discussão.

1.2 – Apresentação do Projeto de qualificação dos profissionais da saúde mental "Nós na Rede". Apresentação: Nathália Silva (GESM/SPAIS/SES) e Elaine Mesquita (Fiocruz)

Dra. Nathália Silva – GESM/SPAIS, colocou que tem acompanhado uma demanda grande no Estado de Goiás relacionado a qualificação dos profissionais para Atenção em Saúde Mental. Tem-se discutido intensamente a necessidade de ampliar a oferta de serviços da rede de Atenção Psicossocial e a qualificação dos profissionais. A necessidade de qualificar os profissionais da Atenção de Saúde Mental é um desafio grande para todo o país. Vai ter mudança da gestão Municipal e com isso estão preocupados, contudo animados com a qualificação. Iniciarão a proposta e terão várias etapas do projeto com isso solicita muito cuidado e carinho com esse projeto.

Dra. Elaine Mesquita – Fiocruz, disse que a partir do mês de maio iniciarão o curso e na primeira etapa fizeram uma coleta de experiências no Brasil todo. E o Estado de Goiás foi contemplado com 1.162 vagas, entretanto entendem que não é viável fazer essa formação com todos ao mesmo tempo. Por isso, irá ter no Estado de Goiás 03 ciclos, o primeiro ciclo começará em maio e de 05 em 05 meses iniciaram outro ciclo. Cada ciclo terá em média de 15 a 16 turmas. O curso será de 120 horas com 90 horas em EAD e 30 horas presenciais. O conteúdo é focado a Atenção à pessoa em sofrimento mental, para usuários de álcool e outras drogas e também para as pessoas que cumprem medidas socioeducativas. Tentaram resgatar a possibilidade dos trabalhadores serem protagonista e contribuintes da formação. O município não terá despesa com a equipe que ministrará o curso, a contrapartida dos municípios será no oferecimento das salas de aula para as aulas presenciais, por 1 vez no mês em cada ciclo. A outra contrapartida é que o profissional que for fazer o curso tenha tempo para fazer as atividades online, por isso, solicitam aos gestores que seja pactuado que o aluno tenha quatro horas e meia por semana para fazer o curso e seis horas uma vez ao mês. Esse é único ônus maior que terão os gestores municipais. O curso iniciará no mês de maio, mas entrarão em contato com os gestores que ofereceram os espaços. Pediu que os Secretários fiquem atentos pois enviarão o Termo para aceite do curso. Serão contemplados, principalmente, os municípios que tenham CAPS Tipo 1, pois contempla um maior número de necessidades. A disponibilidade de ir ao município oportuniza a discussão de real necessidade local, então não será um curso genérico, mas sim específico a realidade de cada município. Todos os gestores participaram do curso daqueles municípios que assinarem o Termo de Adesão. Disponibilizou os contatos para caso de dúvida falando que assim que o Termo de Adesão estiver liberado entrará em contato para lembrarem do prazo.

Dra. Nathália Silva – GESM/SPAIS, disse que é muito importante que o Estado faça uma força tarefa para poder mobilizar os profissionais a participarem. Fizeram a divulgação nos GT's e na Plenária da CIB.

Dra. Amanda Mello – Superintendente SPAIS/SES, disse que os contatos e apresentação serão disponibilizados no chat da reunião.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual do Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS/GO, disse que a princípio tinha entendido que a oferta seria por Macrorregião e ficou na dúvida com a fala da Dra. Elaine. Foi dito que é por adesão, logo todos os municípios estarão contemplados a partir do momento que fizeram adesão. Em relação a contrapartida do município será o município que será responsável de organizar o processo ou o município, porque se for o município envolveria pactuação por Região. Quando há troca de gestão, geralmente 80% terão trocas então poderia estender o prazo.

Dra. Nathália Silva – GESM/SPAIS, disse que começaria a responder pelo final, muitas destas questões estão levando aos gestores nacional. Com isso o Grupo Condutor Nacional é apoiado pelo CONASS, já passaram as questões aos gestores. Então o prazo é do projeto. A adesão será disponibilizada para os municípios prioritários a prioridade é a Atenção Primária. Mas não finalizaram a discussão. **Dra. Elaine Mesquita – Fiocruz**, disse que em relação a primeira pergunta foi discutido e ficou acordado que o ciclo do curso acontecerá no município, logo não precisará o deslocamento do trabalhador. A adesão só será feita nos municípios que tenham CAPS, priorizaram os municípios que têm CAPS, posteriormente se as vagas não forem preenchidas disponibilizaram as vagas aos outros municípios. A condução será feita por uma pessoa junto a Escola. A questão da adesão começaria dia 29 de novembro de 2024, mas o prazo foi dilatado para a partir de janeiro de 2025. Com isso falará com todos os Secretários que tenham CAPS em seu município, entrará em contato para verificar o interesse da Adesão. Quando fizer o contato com o gestor explicará a ele sobre a possibilidade do local para disponibilidade de uma vez ao mês para o momento presencial. A data foi imposta pelo Ministério de Saúde, mas entrará em contato com o Ministério da Saúde para dilatar o prazo.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança, perguntou sobre a questão do material didático.

Dra. Elaine Mesquita (Fiocruz), informou que o material será disponibilizado de forma online. Todas as despesas referentes aos Educadores serão custeadas pela Fiocruz.

Dra. Nathália Silva (GESM/SPAIS/SES), disse que respondeu algumas perguntas pelo chat.

Dra. Lidiane Martins – SMS Divinópolis de Goiás/Cosems, disse ser muito importante esse Projeto para os municípios.

Encaminhamento: O Item foi para a pauta da CIB.

1.3 – Apresentação do Monitoramento da Contrapartida da Rede de Atenção Psicossocial. Apresentação: Lucilene (GESM/SPAIS/SES)

Dra. Lucilene (GESM/SPAIS/SES), informou que a Resolução nº 048/2024 – CIB Aprovou e definiu critérios para o repasse do Cofinanciamento da Rede de Atenção Psicossocial do Estado (RAPS) de Goiás; Passou de 25% para 30% (trinta por cento) do incentivo de custeio repassado pelo Ministério da Saúde aos municípios; Aos municípios compete a inserção dos dados acerca das ações realizadas pelos serviços nos sistemas de informações oficiais, sobre a produção ambulatorial dos serviços da RAPS; Os Indicadores selecionados para o monitoramento de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Serviço Residencial Terapêutico (SRT) são: Ações de Matriciamento Sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica; Ações de Articulação de Rede Intra e Intersetoriais; Acompanhamento de SRT por CAPS. No primeiro

monitoramento realizado pela Gerência de Saúde Mental (maio, junho, julho e agosto) 68 municípios com CAPS e 06 municípios com Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) foram elegíveis para receberem a Contrapartida Estadual; Em relação aos CAPS 37 municípios receberam a contrapartida e 31 deixaram de receber pela ausência de informações no SIA/SUS; Destes 37 municípios, 19 atingiram meta \geq a 75% e receberam 100% do valor do repasse e 18 municípios não atingiram e receberam valores parciais; Em relação as SRTs 05 municípios atingiram meta \geq a 75% e receberam 100% do valor do repasse e apenas um recebeu valor parcial. O resultado refletiu no valor da contrapartida para os meses de outubro, novembro e dezembro e janeiro. Foi iniciado o ciclo de avaliação do 3º quadrimestre e o resultado preliminar referente ao mês de setembro demonstra ausência de informações referentes as ações realizadas e monitoradas em alguns municípios com CAPS e SRT; A ausência da realização das ações monitoradas e seus registros nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro poderão implicar na redução ou suspensão do valor da contrapartida para os meses de fevereiro, março, abril e maio de 2025; A produção de setembro ainda pode ser lançada até o final de dezembro não sendo mais possível lançá-los no mês de janeiro.

Dra. Amanda Limongi – SPAIS/SES, informou que esse Cofinanciamento é realizado para fortalecer os serviços de saúde mental dos municípios organizando todo esse matriciamento. Imprescindível que todos realizem esse monitoramento.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Gerência das Regionais/SES, disse que a Gerência das Regionais com a Equipe da Gerência de Saúde Mental somará esforços na tentativa de mitigar os erros e alavancar os repasses.

Dra. Welingtona – COSEMS, informou que o COSEMS está a disposição para auxiliar no monitoramento das ações.

1.3 – Apresentação do Monitoramento da Contrapartida da Rede de Atenção Psicossocial. Apresentação: Lucilene (GESM/SPAIS/SES)

Dra. Welingtona Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, disse que já foi colocado pela Dra. Jaqueline, que as Regionais acompanharão o monitoramento, todo o tipo de apoio é importante, foi solicitado a Dra. Natália para que encaminhasse a listagem para o COSEMS, para auxiliarem esse processo de monitoramento, principalmente quando envolve recursos e ações, é um trabalho contínuo.

Dra. Junelle Paganini Lopes – GR/SES, disse que tinha no Chat uma pergunta sobre a organização do paciente idoso na Rede.

Dra. Nathália dos Santos – GSM/SPAIS/SES, respondeu que o paciente idoso como está incluso na portaria e na Resolução, foi considerado a liberação das atividades.

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, sugeriu que colocasse no Chat a Resolução da CIB, para tirar as dúvidas e aprofundar nessa questão.

Dra. Junelle Paganini Lopes – GCA/SES, disse só para complementar, e que acompanhou bem a Dra. Natália nas discussões desses indicadores que foram criados a partir dos sistemas oficiais,

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

é achou importante a questão da alimentação o SIS, e sabe que a maioria dos sistemas do país tem suas dificuldades.

Dra. Érica Lopes Rocha – Superintendente de Regionalização/SES, colocou que essas tratativas foram de muita luta, muito esforço e trabalho, tanto a equipe técnica da SES e municípios para que conseguissem viabilizar isso, e é muito frustrante quando uma meta não é alcançada, um indicador não é alcançado, quando o indicador é glosado, todo mundo perde com isso, e as vezes perde porque fez uma previsão orçamentária e o dinheiro está bloqueado para a destinação do município e a população perde também, foi solicitado que além dessa contrapartida da Saúde Mental, tem a contrapartida da Atenção Primária, que as Equipes da Regionais possam fazer esse acompanhamento de perto de todas essas contrapartidas, fiquem bem próximo aos municípios, para saberem o que está acontecendo. As vezes é um indicador que está defasado, não está factível, precisa ser trabalhado para mudar isso, dar apoio aos municípios para que eles possam alcançar seus indicadores.

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, pediu sugestão, se o assunto discutido vai para a pauta da reunião da CIB.

Dra. Welington Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, pontuou que se trara de financiamento, sugeriu que fosse para a reunião da CIB como informe.

Dra. Lidiane Martins – SMS de Divinópolis/COSEMS, disse que é um assunto que envolve recursos, acha importante em ir para pauta da reunião da CIB como informe.

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, disse que o GT é um espaço aberto tanto para os técnicos da SES como para os técnicos dos municípios, em que são levantadas as principais pautas e discutidas. De forma alguma queria que os técnicos dos municípios sintam-se acuados em colocarem as suas dificuldades no espaço(GT).

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, solicitou quais são as providências em relação as internações para os pacientes em surtos psiquiátricos. Que fica muito difícil de sair com pacientes em surtos até a unidade, enfrentar todos os problemas, pacientes quebrar ambulância, agredir profissionais, agredir o acompanhante, paciente vai em surto e volta em surto. Se medicar o paciente ao levar, a unidade não atende o paciente, pois ele não está em surto. Foi conversado com Dra. Amanda em uma reunião para tratarem dessa questão a regulação desse

paciente em surto. Após a reunião darão um retorno para que todos os Gestores tomem o conhecimento.

Dra. Lorena Nunes Mota – GERE/SES, falou que os pontos que foram colocados pela Dra. Andreia foram muito importantes sim em relação aos códigos, foi encaminhado para o COSEMS e para os Municípios os códigos dos procedimentos que deveriam ser solicitados na AIHs, para que de fato esses pacientes ao chegarem na Unidade, reforçarão essas questões para que a ficha fosse inserida na regulação. E já estão com umas reuniões agendadas com os Hospitais Psiquiátricos para que possam fortalecer essa comunicação. Reforçou aos municípios que insiram esses códigos de forma correta, para que não tragam nenhum transtorno para os pacientes na questão da internação. A Gerência Estadual está avaliando os códigos para que sejam ajustados. Colocará no CHAT o ofício para que seja divulgado novamente.

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, solicitou quem for participar da reunião com os prestadores, de ter uma forma de resolver essa situação, pois sair com o paciente da Região da Nordeste, em crise, em agressão aos as pessoas é extremamente complicado, pois não tem ambulâncias grande e é muito perigoso tanto para o paciente como todos que estão na ambulância.

Dra. Lorena Nunes Mota – GERE/SES, disse que foi feita umas notificações para as Unidades, pois a Regulação autoriza o paciente com os leitos já reservados, se o leito está reservado, entendeu que o paciente será internado, precisa mesmo ver com as Unidades para solucionarem essas questões. Em relação aos códigos de procedimentos, já foram encaminhados para as Regionais, e para os apoiadores, para serem divulgados novamente aos municípios.

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, disse que a Gerente de Saúde Mental, vem acompanhando também essa situação, quando tem alguma questão de recusa, entram em contato com as Unidades, fazem essas articulações, e algumas vezes as unidades não aceitam é devido a falta de acompanhantes no momento dessa internação, precisam de ver com o Serviço Social desses municípios.

Dra. Nathália dos Santos – GSM/SPAIS/SES, disse que a Gerência está bem próximo da Regulação, para que o paciente seja efetivamente acolhido na unidade e reforçou quanto ao acompanhante no ato da internação para o repasse ao médico de todas as situações do paciente e bem como os contatos para a alta do paciente.

Dra. Junelle Paganini Lopes – GCA/SES, reforçou a necessidade de colocar corretamente o código do procedimento, para que consiga fazer o faturamento.

Encaminhamento: Item encaminhado para a pauta da reunião da CIB como informe.

2 – DISCUSSÃO E PACTUAÇÃO:

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

2.1 – Habilitação em Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade, Cód 02.03, para o Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia, CNES 9680977, em Aparecida de Goiânia-GO. Impacto Financeiro para o serviço 690.641,02 (seiscentos e noventa mil, seiscentos e quarenta e um reais e dois centavos)/ano. Apresentação: Junelle Paganini (GECV/SUREG/SES)

Dra. Junelle Paganini – GECV/SUREG/SES, disse que conforme foi feita a solicitação o impacto financeiro foi para 12 meses, a documentação está toda correta, foi feita a visita técnica e está tudo de acordo.

Dra. Lidiane Martins – SMS de Divinópolis/COSEMS, disse que como foi feito tudo de forma correta, está de acordo.

Dr. Thiago – SMS de Aparecida de Goiânia, reforçou que está tudo dentro dos conformes, conforme solicitado.

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, disse ser uma proposta interessante e é um serviço muito importante para a população.

Encaminhamento: Item foi encaminhado para a CIB.

2.2 – Habilitação em Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade, Cód 02.03, para o Hospital do Câncer de Rio Verde, CNES 2844218, em Rio Verde-GO. Impacto Financeiro do serviço R\$ 345.320,51 (trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta e um centavos)/ano. Apresentação: Junelle Paganini (GECV/SUREG/SES)

Dra. Junelle Paganini – GECV/SUREG/SES, disse que o município de Rio Verde solicitou a habilitação, foi feita a visita técnica e a documentação foi enviada está toda correta e apresentou a habilitação para a Região.

Dra. Ana – SMS de Rio Verde, disse ser isso mesmo, é um grande avanço para a Macro Região.

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, disse ser uma proposta também muito boa, terá um impacto significativo para a população da Macro Região, tem muitos pacientes aguardando para a consulta ambulatorial, para começar entrar no serviço em si, pois o fluxo é de 2 anos de acompanhamento e monitoramento, e hoje tem apenas a porta de entrada que é o HGG, esse serviços aberto em Rio Verde vai impactar para a política de controle a obesidade.

Dra. Junelle Paganini – GECV/SUREG/SES, reforçou a importância dessa ampliação desse serviço para o controle da obesidade.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para a CIB.

2.3 – Habilitação em Hospital Dia, modalidade Procedimentos Cirúrgicos, Diagnósticos e Terapêuticos, para o Hospital do Câncer de Rio Verde, CNES 2844218, em Rio Verde-GO. Apresentação: Junelle Paganini (GECV/SUREG/SES)

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Junelle Paganini – GECAV/SUREG/SES, disse que essa proposta não tem o impacto financeiro, mas a documentação está de acordo, é esse serviço é muito importante para essa Macro também.

Dra. Ana – SMS de Rio Verde, disse ser isso mesmo, é um fortalecimento da Rede, alavancando os serviços de oncologia que servirá muito para a população dessa Macro.

Encaminhamento: vai para a CIB para apreciação e votação.

2.4 – Habilitação de 10 leitos de UTI Pediátrica Tipo II para o Hospital das Clínicas - HC/UFG, CNES 2338424, em Goiânia-GO. Impacto Financeiro R\$ 1.971.000,00 (um milhão e novecentos e setenta e um mil reais)/ano. Apresentação: Junelle Paganini (GECAV/SUREG/SES)

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, perguntou a Dra. Junelle se os leitos já estavam funcionando.

Dra. Junelle Paganini – GECAV/SUREG/SES, disse que sim, e já foram feita a visita técnica, e devido a pandemia, agora que está conseguindo a habilitação. A documentação foi enviada para a Coordenação e está tudo certo.

Dra. Elislay – SMS de Goiânia, disse que o Hospital está codificando pela urgência, os leitos não estão com a instalação completa, após a habilitação os leitos aparecerão para produção.

Encaminhamento: Item encaminhado para a pauta da CIB.

2.5 – Habilitação em Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade, Cód 02.03, para o Hospital das Clínicas – HC/UFG, CNES 2338424, em Goiânia-GO. Impacto Financeiro do serviço R\$ 1.381.282,03 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e três centavos)/ano. Apresentação: Junelle Paganini (GECAV/SUREG/SES)

Dra. Junelle Paganini – GECAV/SUREG/SES, disse que a habilitação já tem muito tempo que foi pleiteada, passou pela auditoria e passou pela Área Técnica, todo os trâmites está correto. Foi encaminhada toda a documentação, e o impacto financeiro foi maior a ser concebido. Foi auditada de acordo com a capacidades operativas deles mesmo. Irão realizar as cirurgias em doze meses, em Rio Verde foi em 3 meses e Aparecida em 6 meses.

Encaminhamento: Item encaminhado para a pauta da CIB.

2.6 – Habilitação como Unidade de Assistência em Terapia Nutricional e Enteral, para o Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia, CNES 9680977, em Aparecida de Goiânia-

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

GO. Impacto Financeiro para o serviço R\$ 531.934,56 (Quinhentos e trinta e um mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos)/ano. Apresentação: Junelle Paganini (GECV/SUREG/SES)

Dra. Junelle Paganini – GECV/SUREG/SES, disse ser um serviço muito importante a Terapia Nutricional Enteral, já está organizando a documentação para a habilitação e está tudo certinho.

Encaminhamento: Item encaminhado para a pauta da CIB.

2.7 – Solicitação de mudança de modalidade do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Tipo II para CEO Tipo III do município de Jataí. (SMS Jataí)

Dr. Amilton Fernandes Prado – SMS de Jataí, disse que já em o CEO habilitado na modalidade II a algum tempo, e estava solicitando a mudança para a modalidade porte III, foi aprovado no Conselho Municipal e na CIR, nova unidade constava com recepção, consultório odontológico, administração, RX, laboratório. Os serviços já estão funcionando aproximadamente a dois anos. Já foram contratados todos os profissionais e auxiliares. O espaço está dentro das exigências conforme a modalidade requerida.

Dra. Amanda Melo – Superintendente SPAIS/SES, disse que está perfeito, e encaminhou para o próximo item.

Encaminhamento: Item encaminhado para a pauta da CIB.

2.8 – Proposta de habilitação do Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no Centro Municipal de Atendimento ao Autista, no município de Trindade, sendo um ponto de atenção ambulatorial especializado em reabilitação/habilitação que realiza avaliação, diagnóstico e acompanhamento multiprofissional de crianças e adolescentes com TEA. (SMS Trindade)

Dr. Gustavo Queiroz – SMS de Trindade, disse que a Michelly é a Coordenadora de Atenção Especializada.

Dra. Michelly - Coordenadora Atenção Especializada, SMS Trindade, disse que o Centro de Atendimento ao Autista está vinculado a Coordenadoria da Saúde especializado do Município e diretamente ligado ao Gabinete do Secretário de Saúde, o Município de Trindade tem uma população, de acordo com o IBGE, 142.431 habitantes, e 171.422 cartão SUS, a demanda no Centro de Atendimento autista é 207 pacientes em atendimento, com demanda reprimida de 423 pacientes aguardando, a unidade é totalmente custeada com recurso próprio, custo com aluguel de R\$ 12.708 (doze mil setecentos e oito reais), caracterização do ambiente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aquisição de material 17.000,00 (dezessete mil), contratação de equipe R\$ 72.200,00

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

(setenta e dois mil e duzentos reais), a porta de entrada é pela Unidade Básica de Saúde ou pelas Unidades escolares com encaminhamento para a Secretaria de Saúde, passa por avaliação médica especializada, quando não está de acordo com os critérios é contra referenciado para outras Unidades da Rede. Classificação de prioridade: - é realizada pela equipe multidisciplinar e gestora; - ordem cronológica de protocolo registrado na Secretaria Municipal de Saúde e a classificação de urgência de acordo com o teor descrito em encaminhamento médico; - por prioridade P1, P2 e P3; os critérios de inclusão ter o diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo-TEA, e cartão SUS cadastrado no Município; para exclusão: - não preencher os critérios de TEA; - usuários com Transtorno de déficit de Atenção e Hiperatividade-TDAH e/ou outros transtornos; - estar realizando terapias em outra instituição; - cartão SUS cadastrado em outro Município; - não comparecer na consulta de avaliação; - não assiduidade e comprometimento nas terapias; Protocolo dos atendimentos: - plano terapêutico; -30 minutos de terapia; - 10 minutos para devolutiva; - tolerância de 10 minutos de atraso; - permanência de acordo com avaliação multidisciplinar, não superior a dois anos, a alta é terapêutica ou por duas faltas consecutivas sem justificativa; a extensão do atendimento ocorre no Centro de medicina avançada; está em construção o Centro de Saúde do Município que também terá atendimento prioritário TEA. A estrutura do Centro de atendimento ao TEA conta recepção, uma sala de convivência, um espaço para alimentação ou atividade na sessão de terapia e atividades extras, e consultórios caracterizados, tudo lúdico, com objetivo levar o paciente e família para perto da gestão, e familiarizar o tratamento.

Dr. Gustavo Queiroz – SMS Trindade, disse que a habilitação vai ser muito importante para manutenção e custeio dessa Unidade de Saúde no Município de Trindade.

Dra. Amanda Melo e Santos Limonge – SPAIS/SES, disse que a nova Nota Técnica nº 14/ 2024 do Ministério da Saúde traz informações quanto aos critérios para habilitação dos Núcleos de atenção a criança e adolescente com transtornos de Expecto Autista e para adesão ao incentivo de 20% destinado aos Centros especializados em Reabilitação.

Dra. Marina Moraes – Assessoria de Redes, disse que dia 26 de novembro de 2024 a equipe esteve in loco fazendo a vistoria na Unidade, concluiu com relatório de anuência.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, falou que é importante que todas habilitações passem pela CIRs, houve apresentação do projeto na reunião, mas para habilitação não.

Dra. Marina Moraes – Assessoria de Redes informou que abrangência, é Municipal, precisa só informar nas reuniões CIRs, o prazo estava bem curto, precisa inserir tudo até o dia 12 de Dezembro/2024, após essa data não poder ser habilitado, será informado na

próxima reunião CIR.

Encaminhamento: Item encaminhado para a pauta da CIB.

2.9 – Proposta de habilitação do Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Trans-torno do Espectro Autista (TEA), na Clínica TEIA, no município de Goiânia, sendo um ponto de atenção ambulatorial especializado em reabilitação/habilitação que realiza avaliação, diagnóstico e acompanhamento multiprofissional de crianças e adolescentes com TEA. (SMS Goiânia)

Dra. Marina Moraes - Assessoria de Redes, informou que a abrangência desse Núcleo é Regional e não municipal, portanto precisa Resolução CIR, e não tem, o prazo para habilitação termina sexta-feira dia 12/12/2024, e cadastrar no site sem Resolução CIR, será devolvido com diligência para providências.

Dra. Adriana Machado, SMS Goiânia, disse que essa pauta passou última CIR como apresentação, mas não foi discutido como habilitação, não tem Resolução.

Dra. Marina Moraes - Assessoria de Redes, disse que o Ministério da Saúde deixou, bem claro, que não vai ter prorrogação, precisa habilitar, não dá para ser discutido na próxima reunião CIR.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, pergunta para a Secretária Executiva da CIB, a possibilidade de fazer um AD FERERENDUM para essa pauta.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva da CIB/GO, esclareceu que Resolução AD FERERENDUM somente se houver liberação do Ministério da Saúde. Que nos considerando da Resolução CIB precisa constar que foi pactuado em CIR, a habilitação dessa Unidade é para atender o Município e região, por ser atendimento regional precisa ser pactuado em CIR.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, sugeriu, se possível, fazer uma CIR extraordinária, antes da próxima reunião CIB, online, tendo em vista que o serviço é Regional, de interesse de todos os Municípios da região.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva da CIB/GO, falou que para entrar na

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

pauta da próxima reunião CIB, dia 12/12 às 9 horas, a Resolução CIR precisa ser enviada para a equipe da SES o mais rápido possível, máximo até dia 11/12, pois precisa de antecedência para divulgar a pauta da reunião CIB.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Gerência das Regionais de Saúde/SES, orientou o Município de Goiânia encaminhar para regional Central uma solicitação de pauta para reunião extraordinária de CIR como discussão e pactuação para habilitação do serviço.

Dra. Elislay – SMS Goiânia, informou que o Projeto do Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Goiânia tem 1908 atendimentos, com 33 pacientes por dia. Os maiores atendimentos são da psicologia e fonoaudiologia, com dois a três atendimentos por semana para cada paciente. São 14 profissionais, para médico a carga horária é de 10 horas semanais. Valor total de R\$ 762.960,00, a Clínica TEA já atende Goiânia, a habilitação, é para ampliar o atendimento com duração de 60 meses.

Encaminhamento: O item irá para pauta da reunião da CIB, se a Resolução CIR for pactuada na reunião extraordinária.

INCLUSÃO DE PAUTA

2.10 – pactuar o projeto de transporte sanitário eletivo e a proposta de emenda número 11.202 928000/1230 – 05 de aquisição de uma ambulância tipo A simples remoção tipo furgão Secretaria Municipal de Saúde de Ipiranga de Goiás.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva CIB, informou que para liberação de ambulâncias o Ministério da Saúde exige que o Projeto de Transporte Sanitário esteja atualizado e aprovado, e o Município está em dia.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, pergunta se o projeto regional está aprovado.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva CIB, respondeu só tem projeto Municipal.

Dra. Lidiane Martins – SMS Divinópolis/COSEMS, sugeriu contactar com o Município de Ipiranga, para não perder a Emenda.

Dra. Janine Carvalho – SMS de Mineiros, falou que o Ministério da Saúde pediu nessa solicitação Projeto de Transporte Sanitário da Região, se o projeto Municipal foi alterado, a mudança precisa ser no Projeto Regional também, não foi atualizado, o Ministério da Saúde manda diligência.

Dra. Lirce Lamounier – Secretária Executiva CIB, disse que o problema é que o Projeto não está atualizado, para o Município não perder proposta, é colocando o projeto do município, o Ministério da Saúde concorda e não tem diligência.

Dra. Jaqueline Gonçalves – GR/SES, disse que e não foi pautado CIR.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, falou que precisava retomar esses fluxos, e evitar problemas.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Gerência da Regional de Saúde/SES, disse que os Planos Regionais de Transportes Sanitário precisa ser atualizado a cada seis meses porque não é um plano de gaveta. Plano transporte sanitário precisa ser revisitado, sempre tem baixa nas ambulâncias, Municípios, às vezes, adquire transporte sanitário com recurso próprio, nem todos são de emenda parlamentar, toda alteração de transporte no município precisa ser atualizada. Consequentemente, altera o planejamento regional, por isso solicita que coloque esse assunto na pauta do Planejamento Regional Integrado. É interessante que tenha um cronograma das discussões para que a discussão fiquem em pauta sempre nos municípios e Regionais para que toda vez que o município receber uma emenda parlamentar ter isso atualizado. Afinará um fluxo e um cronograma com a Dra. Simone e depois retorna para discussão.

Dra. Simone Camilo, SPLAN, disse que sim, essa pauta já está nos planejamentos da Dra. Ana Carolina e colocarão ela em pauta.

Dra. Lirce Lamounier, Secretaria Executiva da CIB, disse que é importante alinhar o assunto, porque não pode fazer Resolução sem o projeto.

Dra. Jaqueline Gonçalves Rocha de Oliveira, Gerência das Regionais, disse que precisa atualizar os projetos e planos, organizar a pauta na CIR para atualiza e pactuar. O Plano Municipal sempre é atualizado.

2.11 – Proposta de habilitação do Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente com Trans-torno do Espectro Autista (TEA) no município de Planaltina.

Dra. Amanda Limongi – SUREG/SES, disse que é uma ação em uma Unidade de âmbito Regional já havia passado em CIR, no entanto, faltou a visita da equipe conforme o fluxo estabelecido.

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, falou que o grande problema é que o município não foi comunicado dessa necessidade em tempo hábil.

Dra. Amanda Limongi – SUREG/SES, pontuou que o fluxo e a opção foram apresentados no último GT.

Dra. Marina Moraes – Assessoria de Redes, afirmou que no último GT apresentaram a Nota Técnica e o fluxo. O que estava acontecendo é que algumas Unidades solicitam a habilitação, não tem produção, não tem profissional, assim precisam devolver esse recurso posteriormente. Portanto, a SES sugeriu esse fluxo no sentido de auxiliar aos municípios para que depois da habilitação não precisem devolver recurso. Os critérios são muito bem estabelecidos e o MS não vai aceitar nada do que estiver em desacordo com o que está estabelecido na Nota Técnica, porque não é intenção do MS manter a Nota fazer essa habilitação, pois para eles é uma forma de desmembrar. Como é um reforço de grande valor e vai fazer diferença aos municípios estão tentando fazer a habilitação. Agora, o do município de Planaltina não tinha conhecimento da habilitação.

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, questionou se a visita seria de carácter impeditivo, se sim ficará toda uma Região descoberta por causa de uma visita técnica que não é exigida. A Região não pode ser penalizada por isso.

Dra. Marina Moraes – Assessoria de Redes/SES, respondeu que a visita técnicos é exigida pela Nota Técnica. Essa visita é impeditiva, pois após a visita emitem um relatório e o Secretário Estadual de Saúde tem que assinar uma declaração de anuência se ele concorda com o serviço, com os profissionais, com os equipamentos, se tem estrutura. Quem faz a vistoria é a equipe técnica da SES para verificar se a Unidade está de acordo, se tem os profissionais. Enquanto a Nota Técnica, além de ter passado no GT a Dra. Jaqueline encaminhou para todas as Regionais para encaminhar para os municípios, ela estava presente e poderia confirmar isso. Logo, teve sim a comunicação.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, disse que na CIR da Região dela foi acordado que não será resolutivo para a Região, que o serviço no município de Planaltina será mais resolutivo, porque já tem atendimento.

Dra. Marina Moraes – Assessoria de Redes/SES, questionou se a Dra. Deia queria conseguir os 20% ou habilitação em núcleo TEA.

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, respondeu que queria em núcleo TEA.

Dra. Marina Moraes – Assessoria de Redes/SES, respondeu que o núcleo TEA seria até terça-feira mesmo, os 20% não tem poder em qualquer época. Ressaltou que a Nota Técnica foi passada em uma reunião em que estava a Dra. Welingta e outra pessoa do COSEMS, então o comunicado foi bem repassado sobre o prazo.

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, disse que entendem, mas que não tinha ninguém da Região presente e foi passado somente na sexta-feira, logo, não havia possibilidade de tomar uma decisão.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, disse que nessa reunião não foi discutido a questão do fluxo, somente da Nota.

Dra. Marina Moraes – Assessoria de Redes/SES, disse que foi discutido a Nota e fluxo no GT. Essa comunicação foi no GT, agora se ela teria que informar além do GT cada município é uma informação nova para ela. Porque essa Nota Técnica foi enviada pelo Ministério para os municípios assim que ela foi publicada. Como o município tem autonomia para fazer a solicitação o MS passa direto para o município, então a SES entende que deveria fazer essa ponte com o município alertando-os que o prazo estava acabando.

Dra. Andreia Abbes – SMS São João a Aliança/COSEMS, disse que não sabia se tem conhecimento de como é final de gestão em município e ser penalizado por conta da questão será uma região toda penalizada. E vão perder um recurso importante para a Região e ficarão desassistidos.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

Dr. Arivan – Assessor do COSEMS, disse que a reunião do PRI foi discutida a Nota e em momento algum foi falado de Região, então questionou quais eram os municípios e ficaram de fazer o levantamento e não recebeu esse levantamento. Após, foi apresentado no GT como seria o fluxo, entende o que estava sendo falado pela Dra. Andreia. Não se recordava que a Região estava com problema e não foi falado nada do impedimento e sim da Nota Técnica e do Fluxo.

Dra. Marina Moraes – Gerência de Redes/SES, sugeriu que fosse feita uma visita com a equipe do município de Planaltina e encaminhar todas as documentações.

Dra. Jaqueline Gonçalves – Gerência das Regionais/SES, pediu a Dra. Marina que a equipe fizesse um check-list e fosse repassado a Gerência de Regionais. Será realizada a visita e posteriormente gerará um relatório. Se colocou a disposição para apoio no que for preciso.

Dra. Amanda Limongi – SUREG/SES, falou que fica como encaminhamento que a equipe da Gerência de Regionais fará a visita com registros fotográficos, encaminha um relatório e a SES vai fazendo paralelamente todas as buscas. Reforçou da necessidade urgente da visita técnica.

Dra. Andréia Abbes – SMS/São João da Aliança, agradeceu a disponibilidade de todos os envolvidos pela ajuda ao município.

Dra. Marina Moraes – Gerência e Redes/SES, disse da importância de solicitar apoio à SES sempre que o município for habilitar um novo serviço, para que a SES possa analisar a necessidade da região e fazer a visita técnica necessária. Foi nesse sentido que a Gerência propôs o fluxo.

3 – INFORMES:

3.1 – Desabastecimento do medicamento Fenoximetilpenicilina Potássica 80.000 UI/ML.
Apresentação: Eleni (GERAF/SPAIS/SES)

Dra. Eleni – GERAF/SPAIS/SES, disse é um informe, do medicamento utilizado para anemia falciforme, que está no lote de componente estratégico e no Estado de Goiás tem 2 unidades, que o APAE – Anápolis e o HC, e que o Ministério da Saúde – MS publicou um Nota Técnica a N°73/2024, sobre uma alerta para o desabastecimento do medicamento, devido a vários fatores como a devolução de lote, suspensão de lote pela Vigilância, falta de pregão eletrônico é só uma alerta de uma possível falta da Fenoximetilpenicilina. As Unidades de referência citadas, já estão cientes. A APAE de Anápolis está abastecida até meado do mês de janeiro, O HC tem um pouco, sempre pegam com a Gerência de Assistência Farmacêutica, em caso de desabastecimento total, os municípios precisarão de suprir essas necessidades até que o MS regularize a entrega

do medicamento.

Dra. Marília Carvalhares – Assessoria Jurídica do COSEMS, disse que em caso de desabastecimento no Juarez Barbosa o medicamento romososumabe é um medicamento de uso contínuo, e ao entrar em contato com a direção da Unidade, precisará de entrar com um mandato de segurança, é triste a situação, luta muito para não Judicializar, os próprios funcionários dizem que não tem o medicamento e diz ter o conhecimento de todo processo administrativo, a avó já utilizou por quatro meses e está a dois meses sem o acesso à medicação de uso essencial e contínuo para ela, medicamento está na relação da Rename e não está disponibilizado pelo Juarez Barbosa, deixou essa alerta também.

Dra. Eleni – GERA/SPAIS/SES, disse que na verdade estava em falta de vários medicamentos, tanto no Componente Especializado e Estratégico, mas quando se fala com a insulina, por exemplo, estão recebendo do MS de forma parcelada, estavam enviando normalmente para atender mês a mês, mas está muito difícil mesmo.

Dra. Marília Carvalhares – Assessoria Jurídica do COSEMS, solicitou que coloque essas informações, pois fortalece nas demandas judiciais.

Dra. Amanda Mello – Superintendente SPAIS/SES, perguntou a Dra. Marília se é para colocar no informe também.

Dra. Marília Carvalhares – Assessoria Jurídica do COSEMS, disse que sim, não saberia dizer outros, mas o romososumabe 90 mg está desabastecido pela SEMAP.

Dra. Amanda Mello – Superintendente SPAIS/SES, disse que certificará com a Gerente da Assistência Farmacêutica e incluirá como informe.

3.2 – Plano de ação para as falhas do dígito 192. Apresentação: Maria Rochellia/Danielly (GERINT/GERAU/SUREG/SES)

Dra. Amanda Mello – Superintendente SPAIS/SES, disse que a Dra. Danielly apresentará um plano de ação devido as falhas do digito 192, desde ano de 2023, com orientação para os municípios, o que fazerem quando estiverem com essa falha, foi alinhado em conjunto com a Dra. Aparecida - COSEMS.

Dra. Danielly Silvestre – GERINT/GERAU/SUREG/SES, disse que foi feito um plano de ação, a partir do momento que foram identificadas várias falhas, 192 SAMU dentro do Estado. Em setembro de 2023 momento que percebeu as falhas Centrais do SAMU foi feito um plano de ação para orientar os Municípios a partir do momento que foi identificadas várias falhas no dígito 192 nas Centrais do SAMU do Estado. Alguns não identificam a falha, mas existe, que são possíveis de resolver com a operadora telefônica. Dia 23 de Abril de 2024 a Gerência de Atenção Especializada participou da reunião com a Gerência Regional de representação da Anatel no Estado de Goiás, com os seguintes encaminhamentos: - a Anatel é um órgão fiscalizador; - atribuição da operadora é proporcionar um serviço, solucionar os problemas decorrentes de mau funcionamento; - as queixas realizadas até o momento possuem informações muito generalizadas, não fornece detalhes para subsidiar o rastreamento e identificar o problema; no geral, foram identificadas diversas falhas no 192 que geram problema de acesso ao número do Socorro, algumas centrais a ligação é analógica, poucas linhas, não completa ligação, atende só uma parte da região, são vários problemas que precisam ser identificado e repassado para operadora telefônica, para facilitar tem uma planilha padronizada e adotada pelas CRUs para o envio à Anatel, com data, horário, Município da chamada, relatório da intercorrência, número do protocolo e o nome do responsável; para mitigar as falhas foi elaborado um formulário com os dados solicitados, que alimenta a planilha, visualizada pela gestão Estadual e o responsável pelo tronco 192, responde e repassada, em tempo real, para operadora Oi, que detém o serviço público das concessões públicas (192,193 e190), quanto mais rápido visualizarem a falha, maior facilidade de sanar o problema, foi encaminhado, para as CRUs, um ofício com as orientações desse fluxo, o protocolo foi divulgado nos Municípios e CRUs, inclusive os que não tem SAMU, que tem dificuldade de acessar 192.

Dra. Welingta Tarciany Souza Barbosa – Coordenadora Estadual de Apoio a Rede Colaborativa do COSEMS, reforçou que o fluxo precisa ser divulgado e explicado para todos os Municípios, é uma força tarefa de todos, para chega mais rapidamente as Secretarias e Unidades de Saúde, trabalhar em conjunto para mobilizar essa informação porque é importante.

Dra. Amanda Melo e Santos Limongi – SPAIS/SES, agradeceu todos e deu como encerrada a reunião.

Encaminhamento: O item foi encaminhado para a pauta da CIB.